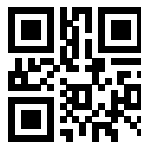


0/0

1
1/100**Pós-Graduação Direito 2025/2026**
Conhecimentos Jurídicos

ED

ED

Área de Concentração: Direito do Trabalho e da Seguridade Social**Subárea: Direito e processo do trabalho contemporâneos****Nível: Doutorado**

Universidade de São Paulo

vencerás pela
educação**PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA
FACULDADE DE DIREITO DA USP 2026****Primeira Fase: Prova de
Conhecimentos Jurídicos****Instruções**

1. Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
2. Verifique se o seu nome está correto na capa deste caderno e se corresponde à área (subárea) e ao nível em que você se inscreveu. Informe ao fiscal de sala eventuais divergências.
3. Durante a prova, são **vedadas** a comunicação entre candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, eletrônico ou impresso, e de aparelhos de telecomunicação.
4. A prova deverá ser feita utilizando caneta esferográfica com **tinta azul ou preta**.
5. Escreva com letra legível e não assine sua dissertação, para não permitir a sua identificação.
6. A resposta deverá ser escrita exclusivamente nas linhas destinadas a ela. O verso das folhas poderá ser utilizado para rascunho e não será considerado na correção.
7. Não haverá tempo adicional para transcrição do rascunho para as folhas definitivas de resposta.
8. Duração da prova: **2 horas e 30 minutos**. Somente será permitida a saída definitiva a partir das **14h15**.
9. Lembre-se de que a FUVest se reserva o direito de efetuar procedimentos adicionais de identificação e controle do processo, visando a garantir a plena integridade do exame. Assim, durante a realização da prova, poderá ser coletada por um fiscal uma foto do(a) candidato(a) para fins de reconhecimento facial, para uso exclusivo da USP e da FUVest. A imagem não será divulgada nem utilizada para quaisquer outras finalidades, nos termos da lei.
10. Ao final da prova, será **obrigatória** a devolução deste caderno.

Declaração

Declaro que li e estou ciente das informações que constam na capa desta prova, na folha de respostas, bem como dos avisos que foram transmitidos pelo fiscal de sala.

ASSINATURA

O(a) candidato(a) que não assinar a capa da prova será considerado(a) ausente da prova.



RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO



Área de concentração: **Direito do Trabalho e da Seguridade Social**

Subárea: **Direito e processo do trabalho contemporâneos**

Disserte sobre o Tema 1118 do repertório de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal, cuja ementa aprovada em 13.02.2025 foi assim sintetizada:

1. Não há responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços contratada, se amparada exclusivamente na premissa da inversão do ônus da prova, remanescendo imprescindível a comprovação, pela parte autora, da efetiva existência de comportamento negligente ou nexo de causalidade entre o dano por ela invocado e a conduta comissiva ou omissiva do poder público.
2. Haverá comportamento negligente quando a Administração Pública permanecer inerte após o recebimento de notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.
3. Constitui responsabilidade da Administração Pública garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou local previamente convencionado em contrato, nos termos do art. 5º-A, § 3º, da Lei nº 6.019/1974.
4. Nos contratos de terceirização, a Administração Pública deverá: (i) exigir da contratada a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974; e (ii) adotar medidas para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas pela contratada, na forma do art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, tais como condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas do mês anterior.

A dissertação deve incluir:

- a) Ônus probatório específico de cada um dos 4 subitens do Tema.
- b) Direito intertemporal.
- c) Hipóteses de *distinguishing*.
- d) Controle de constitucionalidade e de convencionalidade.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO



[illegible]

RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO



[illegible]

RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO



[illegible]

RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO



[illegible]

RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO



[illegible]

RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



[illegible]

RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



[illegible]

RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



[illegible]

Pós-Graduação Direito 2025/2026
Conhecimentos Jurídicos

0/0

1

1/100

